

- XXXV -

NEOTECNICISMO PEDAGÓGICO E O PROGRAMA INOVA ESCOLA

Felipe Daniel Barros Diniz

UFRN, fdlipe@gmail.com

Flávia Fernanda Santos Silva

UFRN, flaviafernandasilva@yahoo.com.br

Luciane Terra dos Santos Garcia

UFRN, ltsgarcia@gmail.com

As transformações socioeconômicas e políticas, que se desdobraram a partir da segunda metade do século XX, impulsionaram reformas de Estado segundo o ideário neoliberal. Nesse contexto, no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foi realizada reforma administrativa do Estado que previa a publicização dos serviços sociais, transferindo-os para o setor público não estatal.

No âmbito educacional, então, foram constituídos quase-mercados, visto que o Estado passou a descentralizar a execução das políticas educacionais para o terceiro setor, embora continuasse a financiar os serviços. O terceiro setor consiste em entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, parceiros do Estado na promoção de direitos sociais. Essas parcerias difundem a lógica mercantil na instância pública, transformando a educação em mercadoria e matizando a divisão entre o público e o privado. Assim, “[...] houve uma corrida enorme do setor privado em direção às questões sociais, tanto as empresas brasileiras como as multinacionais, em busca de parcerias, visando controlar a questão da pobreza e da educação” (COUTINHO, 2009, p. 128). Nesse sentido, abriu-se espaço para novas formas de trato das questões sociais, tendo sido criadas fundações e institutos que expandiram investimento educacional, com a participação das Organizações Não-Governamentais (ONGS).

A atuação dessas organizações vem alterando a educação pública, com o propósito de conferir qualidade aos serviços. Freitas (2012, p. 380) utiliza a expressão “reformadores

empresariais” para designar uma “[...] coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é a proposta mais adequada para consertar a educação”. Esses grupos de empresários, no entanto, não só captam recursos públicos como também conformam a educação às demandas de mão de obra das quais necessitam, difundindo, assim, uma concepção de qualidade educacional pautada na relação custo-benefício.

Nessa concepção, as escolas devem aumentar sua produtividade, eficiência e eficácia, reeditando a pedagogia tecnicista que marcou a década de 1970. Conforme Saviani (1981), o tecnicismo parte do “[...] pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, [...] advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”.

Na atualidade, o tecnicismo se renova enfatizando a racionalidade técnica no gerenciamento da força de trabalho escolar, que desloca o controle do processo educativo para os resultados. Para Freitas (2014), o neotecnicismo pedagógico se estrutura por meio de gestão eficaz, novas tecnologias, responsabilização profissional e meritocracia, tudo isso inibe a reflexão crítica sobre a organização do trabalho pedagógico.

Visando legitimar mudanças, cresceram as críticas ao trabalho escolar e a demanda por inovações no trabalho educativo. A inovação implica a introdução de algo novo em determinado contexto, com base em diversas concepções. O neotecnicismo é fundamentado em processos inovadores que não visam a mudanças estruturais da sociedade, mas, por meio da alteração de métodos, busca resolver problemas, sem o respaldo do embasamento teórico.

Considerando que, cada vez mais, os reformadores empresariais vendem seus produtos para sistemas estaduais e municipais do país, este artigo objetiva analisar as concepções difundidas pelo Programa Inova Escola, por meio da formação de gestores escolares. Este trabalho, de cunho bibliográfico e documental, consiste em uma análise teórica, pautada na pesquisa qualitativa.

PROJETO INOVA ESCOLA

A melhoria da qualidade da educação requer, entre outros aspectos, investimentos na formação continuada dos profissionais, em particular, dos gestores. Luck (2000, p.29) analisa a questão de recair sobre os sistemas de ensino, “[...] a tarefa e a responsabilidade de promover, organizar e até mesmo, como acontece em muitos casos, realizar cursos de

capacitação para preparação de diretores escolares”. Respondendo à incumbência, muitas redes de ensino contratam serviços de entidades do terceiro setor, como, por exemplo, a Fundação Telefônica Vivo.

Entre os programas voltados à área educacional oferecidos por essa Fundação, destaca-se o Inova Escola, que promove cursos presenciais e a distância, com foco na utilização da tecnologia para a melhoria da prática pedagógica do professor e da gestão escolar. O programa defende que a educação precisa transformar-se para acompanhar os avanços das ciências da educação, da globalização, das tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2016).

No que se refere à formação dos gestores, as Secretarias têm à sua disposição, um cardápio de cursos vendidos para todo o país. Assim, busca-se analisar casos e pensar soluções inovadoras, considerando a realidade escolar. A formação dos gestores torna-se, então, treinamento de gestores competentes para concatenar os esforços na solução dos problemas locais, desvalorizando o suporte teórico que deveria fundamentar a prática e imprimindo uma racionalidade técnica.

Para o cursista, é disponibilizado um repertório de experiências bem sucedidas, que mostram que outros alcançaram sucesso em situações adversas. Dessa forma, o gestor deve, também, se responsabilizar por obter resultados semelhantes. Transfere-se, assim, a responsabilidade pelos resultados educacionais para os sujeitos escolares, sem que o poder público também a assuma na mesma proporção. Ademais, desconsideram-se as condições de vida e trabalho dos envolvidos, que influenciam, sobremaneira, os resultados obtidos.

Em face do exposto, corrobora-se o pensamento de Freitas (2011) ao afirmar que o movimento das elites empresariais brasileiras, com foco nas grandes fundações como a Telefônica/Vivo, tem feito avançar o neotecnicismo, que reconfigura a força de trabalho, elevando a qualificação do trabalhador, mantendo salários a níveis inferiores, visto que não agrega grandes conhecimentos à formação. Apesar disso, essas Fundações aprofundam o processo de “privatização oculta do ensino público” (FREITAS, 2011, p.77), ajustando a educação pública aos objetivos, procedimentos e interesses das corporações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A construção de quase mercados tem fomentado a presença do terceiro setor na educação básica pública, entre outras formas, no atendimento às demandas de formação continuada, incentivando soluções inovadoras e imediatas para a educação. A formação do

gestor, pautada em exemplos exitosos, valoriza a capacidade de mobilizar competências para resolução de problemas, em detrimento do conhecimento socialmente produzido e acumulado. Almeja-se a melhoria da qualidade educacional por meio do treinamento aligeirado, que escoa os recursos públicos. As formações conduzidas pelo Programa Inova Escola, centram-se na melhoria de resultados, numa lógica gerencialista, visando garantir a eficiência e a eficácia dos processos administrativos. Nesse sentido, atualiza o tecnicismo que valoriza a racionalidade técnica, responsabiliza por resultados e barateia a força de trabalho.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. Inova escola: práticas para quem quer inovar na educação / Fundação Telefônica Vivo. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016.

SILVA, M.; CARVALHO, L. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. *Revista Educação em Questão*, v. 50, n. 36, p. 211-239, 15 dez. 2014.

FREITAS, L. C. Plano Nacional de Educação PNE: questões desafiadoras e embates emblemáticos. In: III Seminário Nacional do CEDES, 2013, Campinas. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?. Brasília: INEP, 2011. v. 1. p. 47.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, jun. 2012.

_____. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

COUTINHO, A. F. O financiamento da filantropia em educação no Brasil. In: COUTINHO, A. F. Reflexões sobre políticas Educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública. São Luís: EDUFMA, 2009.

LUCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000. Disponível em: <<[http:// emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2116/2085](http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2116/2085). Acesso em: 10 fev. 2019.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 4. ed. São Paulo: Autores associados; Cortez, 1981.